

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ESCOLA E SOCIEDADE: mecanismos de exclusão de crianças negras no ambiente
escolar

BRUNA SANTOS RODRIGUES

Codó
2019

BRUNA SANTOS RODRIGUES

ESCOLA E SOCIEDADE: mecanismos de exclusão de crianças negras no ambiente escolar

Monografia apresentada ao curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Campus VII- Codó, como requisito para obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma.Gleiciane Brandão Carvalho

Codó
2019

BRUNA SANTOS RODRIGUES

ESCOLA E SOCIEDADE: mecanismos de exclusão de crianças negras no ambiente escolar

Monografia apresentada ao curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Campus VII- Codó, como requisito para obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em ____ de ____ de _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Ma Gleiciane Brandão Carvalho– UFMA
(Orientadora)

Prof. Me. Inaldo Bata Rodrigues - UFMA
(1ª Examinadora)

Profa. Me. Kelly Almeida de Oliveira- UFMA
(2º Examinadora)

Codó
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Rodrigues, Bruna Santos.

ESCOLA E SOCIEDADE : mecanismos de exclusão de crianças
negras no ambiente escolar / Bruna Santos Rodrigues. -
2019.

50 p.

Orientador(a): Gleiciane Brandão Carvalho.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Codó-Ma, 2019.

1. Crianças negras. 2. Escola. 3. Racismo. I.
Carvalho, Gleiciane Brandão. II. Título. |

A Deus que é a razão de tudo e a todas as pessoas que
Sempre me incentivam e acreditam no meu potencial

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, que é a razão de eu ter me mantido firme até aqui, a razão para que mesmo em meio as dificuldades eu sempre esteja sorrindo e em paz.

A minha mãe Maria Idarlenilde da Silva Santos, que é meu exemplo, que sempre me apoiou em tudo, e não mede esforços para que eu realize meus sonhos, quando eu tiver filhos, serei grata a Deus se eu for para eles metade da mãe que ela é para mim. Boa parte do que tenho de bom vem dela.

Ao meu esposo, Bruno Vitor Gomes, que desde a época quando éramos namorados sempre esteve disponível e me apoiando, obrigado pela paciência e amor. Obrigado por existir.

A minha vó, Eva Pereira, por ser simplesmente a melhor.

A minha tia Adriana da Silva, pelo apoio e por sempre me defender.

Ao meu padrasto José Valber, pela disponibilidade em ajudar.

A minha sogra Maria da Piedade, meu agradecimento por todo o apoio que me dar durante o dia a dia.

A irmã que Deus me deu, Erica dos Santos Lima, agradeço pela amizade verdadeira, pelo apoio, pelas gargalhadas e companheirismo, de sempre e para sempre.

A Deus por ter me permitido fazer novas amizades, Nayane da Cruz e Márcia Valéria, companheiras da Universidade para a vida, pois se tornaram especiais.

A minha orientadora, Gleiciane Brandão, agradeço pela dedicação, apoio e paciência, não poderia ter feito melhor escolha, ela tem minha admiração.

As minhas verdadeiras amizades agradeço, pois elas muitas vezes nos ajudam a não perder o foco.

Gratidão pelas pessoas que conheci na graduação, minha turma, 2016.2, a melhor de todas e aos meus professores pela enorme contribuição e dedicação.

“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica”.

(Paulo Freire)

RESUMO

A escola é o primeiro ambiente onde a criança além de se relacionar com outras, conhecerá novas culturas, crenças, religiões, e aprenderá a valorizar e respeitar a pluralidade existente nesse ambiente. Porém, a escola é usada como instrumento ideológico do estado, e intencionalmente ou não, mostra majoritariamente a vontade da classe dominante, com isso surge o questionamento: Como a escola, um ambiente que deveria promover a equidade, atua como reprodutora de desigualdades raciais? Diante disso, esta pesquisa objetiva evidenciar que dentro da instituição escolar acontece uma exclusão com crianças negras, que não são representadas, em um ambiente que deveria ser plural, são protagonistas de dados estatísticos negativos, os que mais repetem, os que são excluídos da história escrita e contada e que saem da escola precocemente. Em virtude disso logo após a pesquisa bibliográfica acerca da temática, que teve como base teórica autores como Althusser (1999), Chartier (1991), Candau (2002) Munanga (1999), Paulo Freire (1987) Oliva (2012) Fanon (2008), a pesquisa de campo foi realizada, por meio de entrevista, observação e roda de conversa com 40 crianças de escolas públicas, do 4º e 5º ano do município de Codó-Ma, suas respectivas professoras e dois adultos negros. A princípio percebeu-se que as crianças entrevistadas, não compreendem o significado de racismo, e enfatizam nunca terem ouvido falar desse tema na escola, se a escola não aborda temas necessários como racismo, como crianças negras poderão se sentir incluídas? Essa pesquisa nos faz refletir sobre o papel da escola de valorizar e destacar a diversidade existente entre todos.

Palavras-chave: Escola; Racismo; Crianças negras

ABSTRACT

The school is the first environment where the child, in addition to relating to others, will learn about new cultures, beliefs, religions, and learn to value and respect the plurality that exists in that environment. However, the school is used as an ideological instrument of the state, and intentionally or not, it shows mostly the will of the dominant class, with this the question arises: How does the school, an environment that should promote equity, act as a reproducer of racial inequalities? Therefore, this research aims to show that within the school institution there is an exclusion with black children, who are not represented, in an environment that should be plural, they are protagonists of negative statistical data, those who repeat the most, those who are excluded from history written and told and leave school early. As a result, shortly after the bibliographical research on the theme, which had as theoretical basis authors such as Althusser (1999), Chartier (1991), Candau (2002) Munanga (1999), Paulo Freire (1987) Oliva (2012) Fanon (2008), a field research was carried out, through interview, observation and conversation with 40 children from public schools, from the 4th and 5th year of the city of Codó-Ma, their respective teachers and two black adults. children interviewed, do not understand the meaning of racism, and emphasize that they have never heard of this topic at school, if the school does not address necessary themes such as racism, how can black children feel included? This research makes us reflect on the role of the school of value and highlight the diversity that exists between all.

Keywords: School; Racism; Black children

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Investigação étnico-racial nos censos-----	27
Tabela 2 - nível de instrução por raça-----	30
Tabela 3 - Taxa de analfabetismo-----	31
Tabela 4 - Nível de instrução por região-----	32

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - crianças do 4º ano-----36

Gráfico 2 - crianças do 5º ano-----37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A ESCOLA COMO REPRODUTORA DE DESIGUALDADES RACIAIS	16
2.1 A conquista da Lei 10.639/2003	18
2.2 Base Nacional Comum Curricular- BNCC	20
2.3 Plano Estadual de educação- PEE	22
2.4 Livro Didático	23
3 EXCLUSÃO ESCOLAR: A BASE PARA EXCLUSÃO SOCIAL	27
3.1 O que dizem as estatísticas sobre os negros?	29
3.1.2 2 Dados estatísticos sobre a educação dos negros no Maranhão	34
3.1.3 Análise do caso em Codó	35
4 ANALISE DOS DADOS	36
4.1 Caracterização do campo de pesquisa	36
4.2 Caracterização dos entrevistados	36
4.3 Análise das entrevistas: observação das aulas	37
4.3.1 Roda de conversa com os alunos.....	39
4.3.2 Entrevista Informal com as professoras.....	42
4.3.3 Entrevistas informal com dois adultos negros	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

1.INTRODUÇÃO

Os estágios obrigatórios que acontecem nos cursos de graduação, nos proporcionam inúmeras experiências e um novo ângulo de percepção para tudo o que acontece dentro de sala de aula. E foi durante os estágios e discussões realizadas em sala de aula que o meu interesse pelas tão corriqueiras falas sobre a evasão escolar, seus dados alarmantes e o como tem sido crescente o número de pessoas que saem precocemente da escola surgiu. Porém, enquanto mulher negra, estudante de pedagogia, e consciente das inúmeras desigualdades que acontecem diariamente, tive como foco da minha atenção, outro tipo de exclusão escolar, claro, dentro dessa evasão escolar maior, mas que por vezes passa despercebida. Quase nunca é falada, mas acontece com frequência, é a exclusão de crianças negras no âmbito escolar.

A exclusão mencionada acima, ocorre em diversas situações, entre elas, está o fato de que os livros enfatizam a história de pessoas brancas e abordam a história de pessoas negras com inferioridade. Outro fator, são os dados de repetência, reprovação e abandono escolar que crucialmente são maiores quando se fala de crianças negras. A história da população negra se resume a escravidão, tendo destaque em salas de aula, apenas em datas comemorativas como a abolição da escravatura¹, em contrapartida, os recursos didáticos como livros, imagens, filmes, histórias não falam e não trazem uma representatividade negra das e para as crianças.

A exclusão escolar é inevitavelmente a porta de entrada para exclusão escolar de crianças negras. Podemos perceber a veracidade do fato, quando voltamos aos dados como os do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e percebemos que o maior número de analfabetos e de pessoas que fazem serviços braçais também está na população negra e que esses, na sua maioria saíram precocemente da escola. Isso nos leva a perceber que as nossas ações dentro da sociedade são um reflexo do que acontece ou não, dentro da

¹ A abolição da escravatura é comemorada no dia no 13 de maio, e dar destaque a Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel.

escola, e como a escola é o primeiro ambiente no qual nos relacionamos com o outro e temos noção do mundo, é incabível que dentro desse ambiente crianças negras não se sintam representadas e não conheçam a história do povo negro, fazendo assim com que elas olhem para a sociedade e não consigam se perceber como parte desse todo. Considero o tema relevante, considero viável pensarmos na exclusão social como reflexo da exclusão escolar de crianças negras.

Como afirma ARAUJO (2007) é preciso pensar no equívoco da história contada, de que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, mas que, no entanto, consome sua cultura. E também em como, se fala apenas do fracasso dos negros frente às inúmeras injustiças sofridas, esta história que termina por registrar apenas um lado de uma história de luta.

Uma cultura que guarda, através de sua história, um rastro profundo de negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, construtores silenciosos de nossa identidade. E não se pode dizer que não houve afetividade ou cumplicidade nessa relação. A mestiçagem é a maior prova dessa história de pura sedução, da sedução suscitada pela diferença, que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como convívio tenso e sedutor, em todos os momentos da nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial. (Ibid, p.5)

Nesse contexto, há o fato de que realmente na sociedade existe uma classe dominante e portanto uma história dominante que é contada para sociedade, por meio dos livros, discursos, mídia e escola, fazendo deste último, como afirma Althusser, um mero instrumento ideológico do estado, que apenas reproduz o que lhe é designado, Chartier (1991) diz ser preciso negar esta submissão que refere as diferenças de hábitos culturais a oposições sociais dadas a priori, que acontece em maior escala, entre as elites e o povo, ou seja, os dominantes e os dominados, e numa escala menor acontece entre os grupos sociais hierarquizados pelos níveis de fortuna.

Ao recordar o período escolar no ensino fundamental e/ou médio perceberemos que a população negra é excluída da escrita histórica e da história ensinada, o que nos leva a pensar: será que a história dos negros se resume apenas à escravidão? Ou será que além dos olhares distraídos, dos ouvidos alienados, existe sim uma história negra rica, cheia de beleza, forte, com grandes

heróis, digna de respeito e memória? Até que ponto as consequências dessa exclusão escolar que acontece com as crianças negras, pode influenciar a sua visão de pertencimento à sociedade?

A exclusão escolar de crianças negras, acontece diariamente se faz necessário um olhar atento para que ela não se perpetue e seus danos não sejam permanentes. Como base do que foi dito acima, a princípio foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática, para esclarecimento de alguns termos, para tanto foi utilizado autores com: Althusser (1999), Chartier (1991), Candau (2002) Munanga (1999), que trazem em suas obras aspectos importantes sobre essa exclusão escolar de crianças negras que acontece dentro do âmbito escolar.

Posterior a isso a realização de rodas de conversa com crianças do fundamental menor, especificamente do 4º e 5º ano , além de entrevistas com seus respectivos professores, ambos de uma instituição escolar pública no município de Codó-Ma². Além de dois adultos que preferiram não se identificar, mas que se autodeclararam negros e residem na mesma cidade, com o intuito de saber das crianças negras o que acontece dentro de sala de aula, de seus professores, se suas metodologias são baseadas na extensa diferença existente em sala de aula e no que os documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's, a Base Nacional Comum Curricular- BNCC e a Lei 10.639 indicam sobre o tema, quanto aos adultos negros, suas opiniões quanto ao seu período na escola e a exclusão que acontece dentro dela.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos, o primeiro capítulo ao qual dei o título de: “ A escola como instrumento reprodutor de desigualdades raciais”, abordará aspectos relevantes para a pesquisa encontrados dentro da bibliografia. Faço críticas a Lei 10.639 e à BNCC quanto a suas reais efetividades dentro da escola e observarei o que o PEE fala das questões raciais. Dentro ainda do primeiro capítulo abordarei sobre o livro didático, e como ele continua sendo instrumento para a reprodução de desigualdades raciais

² Situada a 290 km da capital maranhense, é uma cidade com aproximadamente 122 859 habitantes segundo os dados do IBGE de 2019.

O segundo capítulo tem como título “ A exclusão social: um reflexo da exclusão escolar de crianças negras”, nele é abordado os dados um tanto quanto preocupantes referentes às crianças negras dentro do ambiente escolar e o reflexo desses dados nessas crianças já adultas dentro da sociedade. Os dados estatísticos serão analisados dentro de todas as esferas, ou seja, Brasil, Maranhão e Codó. Instituições como o IBGE servirão de apoio para as pesquisas.

No terceiro e último capítulo é uma análise dos dados da minha pesquisa de campo, que será uma entrevista feita com os alunos de uma escola da rede pública de Codó, e abrangerá o ensino fundamental menor, especificamente o 4º e 5º ano, também seus respectivos professores e por fim adultos negros. Por fim as considerações finais e referências.

2. A escola como reprodutora de desigualdades raciais

A educação acontece na esfera dos movimentos sociais, no que é referente aos seus aspectos sociais, políticos e culturais. Por meio dos movimentos sociais os afrodescendentes brasileiros aprenderam a lutar contra a discriminação racial, e a exigir direitos sociais e iguais oportunidades de educação e trabalho. Nesse contexto, é importante ressaltar o Movimento Negro, que é uma forma social dos afrodescendentes se organizarem e procurarem articular suas lutas com o desenvolvimento da democracia e da cidadania na sociedade brasileira.

É um movimento democrático que almeja a formação de pessoas conscientes e críticas contra as desigualdades sociais e étnicas. Uma das principais contribuições do Movimento Negro está na educação escolar, pois a escola, a não ser por iniciativas isoladas, não vem desenvolvendo ações efetivas com vistas à valorização dos afrodescendentes (GOMES, FERNANDES e OLIVEIRA, 2010).

O Movimento Negro e a luta antirracista no Brasil sempre estiveram ligados à educação. Considerada a princípio como ferramenta que propiciaria ao negro, ascensão social para, de modo gradativo, ocupar lugares hegemonicamente ocupados por pessoas brancas. Tal luta do Movimento Negro pode ser comparada com a Pedagogia do Oprimido proposta por Paulo Freire, no qual ele diz que é

aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE, 1987, p.9)

A partir dos anos de 1980, as reivindicações fazem apontamentos para as políticas compensatórias e para valorização da cultura e história africana e afro-brasileira. Essa frente, desligada agora de qualquer ideário monocultural e universalista, como o socialismo, irá desencadear, tempos depois, na luta por políticas corretivas, compensatórias ou afirmativas, voltadas para a população negra (GUIMARÃES, 1999).

No Brasil, os PCN que são os Parâmetros Curriculares Nacionais, julgavam a diversidade cultural como um “tema transversal”, ou seja, deve perpassar a argumentação das disciplinas como um todo, que sejam capazes de favorecer a

aprendizagem do referido conteúdo. A instituição escolar é apontada como um ambiente onde a pluralidade mostra-se na comparação com o outro, dando possibilidades aos docentes para trabalhar com a concepção de diversidade cultural que existe na sociedade brasileira.

Afim de se trabalhar a diversidade, os PCN's sugerem para a Pluralidade Cultural, o desenvolvimento das seguintes capacidades: reconhecimento das diversas culturas e raças como formadoras da nação brasileira, repudiar qualquer ato de discriminação, analisar as situações sociais e atitudes que propaguem o racismo.

Trabalhar a pluralidade cultural é atentar-se para as diversas formas de manifestação de uma determinada cultura, suas metas, suas visões sobre a realidade, da vida e da sociedade, assim como as características e símbolos referentes às suas práticas e concepções. E, somente através do reconhecimento da desigualdade e do racismo é que a escola conseguirá inserir a cultura negra além do lugar do exótico e do folclore (GOMES, 2003). Assis e Canen, apontam que, para que a escola possa contribuir positivamente com a construção da identidade negra é necessária

a compreensão dos mecanismos que participam da construção da identidade negra, de forma a incorporá-los dentro de um quadro educacional que busque ir além da homogeneização cultural ou 'cegueira racial', mas que, ao mesmo tempo, não recaia em perspectivas meramente folclóricas, em que a diversidade cultural (incluindo a diversidade racial) sejam tratadas de forma 'exótica', circunstancial (ASSIS; CANEN, 2003, p. 02).

Althusser (1999) afirma que a escola acolhe crianças das mais variadas classes sociais, e com os novos e igualmente com os velhos métodos, ela lhes inculca, durante anos e anos, no período em que a criança é mais suscetível, determinadas habilidades e conhecimentos revestidos pela ideologia dominante (língua materna, cálculo, história natural, ciências, literatura), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral e cívica, filosofia).

A escola continua em parte, salve suas contribuições, cumprindo seu papel de reprodutora das relações sociais. Tudo o que foi mencionado acima mostra que a escola cumpre um papel de suma importância na vida das pessoas, exigindo dela, como sendo o primeiro ambiente social de todos, promover igualdade e respeito.

A escola é o primeiro ambiente onde a criança além de se relacionar com outras crianças, conhece outras culturas, crenças, religiões, e aprende a valorizar e respeitar a sua e também a história e cultura de outras pessoas, é também na escola que deveriam ser desenvolvidas estratégias para que os alunos compreendam as diferenças de raça, classe, religião e gênero existentes dentro de um ambiente escolar. Chemim (2013) afirma que para que aconteça o fim do preconceito racial, se faz necessário pensarmos em uma educação democrática e de qualidade, que é considerada a base do processo de inclusão social.

É através dessa educação que a sociedade se transforma, que se tem consciência das desigualdades, da exclusão social, da falta de acessibilidade a bens materiais, culturais e sem dúvida, da promoção a cidadania e a dignidade.

2.1 A conquista da Lei 10.639/2003

Resultante dos desdobramentos da III Conferência de Durban³, conjugada com a mobilização do Movimento Negro, foi a aprovação da Lei 10.639/2003. Diante da discrepância no ensino dos conteúdos relacionados à população afrodescendente, perante também o grande empenho de militantes do Movimento Negro, aconteceu a edição da Lei n. 10.639, que altera o parágrafo 4º, Art. 26 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial das escolas, públicas e privadas, nos Ensinos Fundamental e Médio de todo o País, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira (GOMES, FERNANDES e OLIVEIRA, 2010, p. 54-55).

A Lei 10.639 foi aprovada em 2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas públicas, alterando a Lei 9.394/96, incluindo a obrigatoriedade do tema no currículo oficial da rede de ensino.

Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação

³ A III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata aconteceram em Durban, África do Sul, em 2001, decidida em Assembleia Geral da ONU, em 1997, como resposta à preocupação internacional com o aumento de incidentes de racismo e o reconhecimento dos desafios e oportunidades para combater esses fenômenos em um mundo cada vez mais globalizado.

da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Leis como a 10.639 são exemplos de algum avanço nas lutas antirracismo, no entanto ainda é pouco para que se mude a história contada e escrita da população negra dentro das escolas, Sarzedas (2007) declara que reverter anos de discriminação e de uma suposta democracia racial, é algo que depende de ações que alcancem todas as esferas sociais. É desconstruir uma relação baseada em conceitos sócio historicamente construídos.

É reconstruir relações que estipulem a formação de subjetividades desprovidas de tais ideologias e que permitam aproximar os indivíduos de análises críticas sobre em quais condições históricas e sociais o racismo se constituiu. Dentro das escolas mesmo as leis aprovadas não tornarão o Brasil uma país que reconhece as diversas culturas como formadoras de sua sociedade de forma significativa e positivamente relevante.

A escola, então, não tem se colocado a tarefa de apresentar alternativas para superar o racismo no interior do seu próprio espaço, muito pelo contrário, tem se tornado locus privilegiado de sua reprodução. Por outro lado, é nesse cotidiano escolar que está a chave para a construção de um novo patamar de percepção, onde o racismo não terá condições de se reproduzir com tanta naturalidade: se a escola é o espaço de reprodução das relações sociais também pode ser o de transformação, basta que se coloque a tarefa de se pensar criticamente a sociedade de forma a estabelecer uma mediação entre os homens e o mundo que os cerca, na perspectiva da não conformidade. (BARBOSA, 2004, p. 17)

Atualmente, as menções feitas em sala de aula sobre a história negra, ainda se baseiam na escravidão e em datas comemorativas, tal abordagem não permite a formação de pessoas críticas capazes de perceber o mundo a sua volta. Como foi mencionado na citação acima, a escola dentre suas diversas funções, é também um ambiente de reprodução das relações sociais, e tem como escolha ou promover a construção de uma nova percepção do mundo ou estimular a reprodução do racismo. Apesar de ter sido aprovada em 2003, porém não é possível notar

mudanças, nas práticas pedagógicas, no livro didático, no discurso e no currículo das escolas.

É uma lei que estipula metas, mas não determina prazos para o seu cumprimento, dando abertura para que práticas racistas continuem se disseminando dentro do ambiente escolar.

No Brasil as reflexões sobre a população negra e suas contribuições tem seus limites e dentro do cotidiano escolar pouco está presente. Não é nada fácil identificar propostas educativas sólidas que façam referência nítida a questões voltadas para o âmbito das preocupações multiculturais.

Grande parte das escolas em que de alguma forma o tema é abordado, se limita a aderir alguns conteúdos que tratam da pluralidade cultural como um todo, dar significado a datas comemorativas e outras práticas eventuais nesta perspectiva. Em termos gerais, prevalece uma abordagem que não afeta o currículo, não promove processos de construção de identidades culturais em que se fortaleçam a autoestima e o autoconhecimento dos alunos provenientes de grupos excluídos e discriminados como afirma, CANDAU (2002).

2.2 Base Nacional Comum Curricular- BNCC

A BNCC é essencial para que a qualidade na educação seja alcançada, ela como o próprio nome indica, é a base para que se construa uma estrutura sólida, é um documento que estipula as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas pela escola.

Como o foco é a criança negra no ambiente escolar, nos reportaremos ao que a Base nacional Comum Curricular aborda sobre a meta do ensino de História. Um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.

Todas essas considerações de ordem teórica devem considerar a experiência dos alunos e professores, tendo em vista a realidade social e o universo da comunidade escolar, bem como seus referenciais históricos, sociais e culturais. Ao promover a diversidade de análises e proposições, espera-se que os alunos construam as próprias interpretações, de forma fundamentada e rigorosa.

Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos. Ressalta-se, também, na formação da sociedade brasileira, a presença de diferentes povos e culturas, suas contradições sociais e culturais e suas articulações com outros povos e sociedades.

A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil.

A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber.

A Resolução nº1, de 17 de junho de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Os objetivos da Educação das Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são descritos no § 1 e § 2 do Art. 2º, respectivamente:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de

reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas. (BRASIL, 2005a)

Os documentos consideram essencial que a escola desenvolva o pensamento crítico nas crianças e adolescentes, para que eles sejam capazes de analisar o mundo a sua volta assim como consideram relevante que a lei 10.639 realmente seja vigente na prática em sala de aula levando os alunos a perceber a relevância da história da população negra e como o Brasil é formado pelas mais variadas culturas e raças.

Porém dentro das salas de aula essa realidade ainda é distante, e isso é perceptível quando analisamos o Plano Estadual de Educação do Maranhão, e notamos que não há enfoque para a história da população negra, racismo ou afro descendentes.

2.3 Plano Estadual de educação- PEE

O PEE do Maranhão, do ano de 2014 só menciona os temas éticos-raciais de forma ampla, quando aborda a esfera das Diversidades e Temas Sociais que têm por foco estruturar as ações do MEC voltadas à redução de desigualdades no espaço escolar em todos os níveis e modalidades de ensino, além de pautar o processo educativo na compreensão e no respeito à diversidade.

A proposta tem foco no combate às desigualdades étnico-raciais, fiscais, ambientais, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural, que não devem criar um fosso entre o currículo obrigatório e as diversidades e temas sociais, de acordo com o Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96).

Os documentos abordam o tema de forma geral, a BNCC e as Diretrizes dão destaque, e quando recorremos ao PEE não é prioridade, não há prazos estipulados, dando abertura para que a história de pessoas negras continue não sendo contada e escrita, que as aulas não abordem a representatividade negra e que consequentemente mais crianças negras optem pela evasão escolar.

2.4 Livro Didático

Os livros didáticos ou textos escolares que estão nas salas de aula, são impregnados, na sua maioria, de racismo, pela omissão ou inferiorização da história de pessoas negras. Trindade (1994) afirma que a nossa escola é racista, pois além, dos livros e textos serem racistas, as instituições escolares continuam veiculando esses materiais. A escola parece não absorver as questões, as críticas, os alertas e assim tudo continua acontecendo, sendo dito, sendo produzido e reproduzido.

Até... os livros didáticos louvando-se as exceções "continuam a tratar a experiência afro-brasileira através de estereótipos (Pai João, Mãe Preta, Saci, Tia Anastácia, etc.), sem contar os chavões, como: o português foi o elemento que mais contribuiu na formação do povo e da cultura brasileira; foi o branco que libertou o negro da sua condição de escravo; inexistem movimentos de resistência no Brasil porque nunca houve conflitos, pressões ... (Silva, 1991, p.20)

As histórias contadas no livro didático, especificamente o livro de História, realmente retratam o passado como algo passivo, enfatizam a classe dominante, e inferiorizam a história da classe dominada. As abordagens nos livros didáticos não trabalham a diversidade cultural, a pluralidade étnica e a construção do Brasil atual, que teve influência de vários povos. Como que o conhecimento que é produzido historicamente não leva em conta a totalidade dos fatos que ocorreram na história, será que a história de um país pode se resumir a história de um só povo? De forma homogênea?

A escola atualmente trabalha com conteúdo universais, fragmentados, que não levam em conta a realidade de cada aluno, Trindade (1994) nos faz refletir sobre a educação, que através dos seus conteúdos, está longe de eliminar preconceitos e estereótipos de cor, raça, gênero, cultura, mas na contramão os reforça e legitima. Não há diálogo entre os conteúdos do "saber universal" e os conteúdos do "saber que está fora do Universo". Um exemplo: aprendemos as estações do ano, e sequer observamos que, no Brasil, elas não são bem como dizem nossos professores e os livros. Do mesmo modo os livros didáticos enfatizam a história de um só povo (os Brancos), abordam uma só raça (a Europeia), alienando os alunos a medida da diversidade do Brasil não ser percebida.

É necessário atentar-se para os materiais que são utilizados em sala de aula, pois esses, podem ser estereótipos, e trazer ou a imagem do negro subalternizado

ou nem abordar pessoas negras. Nesses cenários, os brancos passam a ser os “donos” da história, e do conhecimento, incumbindo a outros povos, em especial os negros, um papel secundarizado, e desvalorizado dentro da sociedade, por exemplo, o de mão de obra meramente braçal.

Há ainda o fato de que ser reconhecido ou reconhecer alguém como negro soa, muitas vezes, negativamente, por ser ligado à condição de inferioridade. Em contrapartida terminologias consideradas mais amenas como moreno, pardo, bronzeado ou algo semelhante, no imaginário social, é uma posição mais aceitável para o sujeito como afirma Souza (2003).

As consequências da exclusão do negro da história contada e escrita, no ambiente escolar, podem ser preocupantes na medida em que podem afetar a construção identitária de crianças negras.

Não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos, pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de auto-rejeição e de rejeição ao seu grupo étnico/racial (SILVA, 2003, p. 25).

Por não se sentirem representadas em sala de aula, crianças negras podem levantar a hipótese, que ser negro está relacionado a uma coisa ruim ou pior de que por não verem a representatividade negra na escola, acharem que na sociedade também não existem negros.

Nesse sentido, a escola como um todo tem se tornado um espaço de conflitos no qual as crianças e adolescentes, negras e negros, sentem dificuldade de formar, positivamente sua identidade e a maneira como se veem. Isto dá-se, sobretudo, pelo costume da vinculação do negro com situações ou coisas pejorativas, através de apelidos e comparações grosseiras e desagradáveis. Afirmação feita por Souza (2003), de que a escola deveria promover um ambiente de construção saudável de direitos, deveres, pensamentos e posicionamentos.

O uso do livro didático na educação formal, em tese foi estabelecido como uma forma de tornar padrão o ensino nas escolas públicas brasileiras, já que contém o conteúdo básico a ser ensinado para os alunos. Dessa maneira, o livro didático deve conter os ensinamentos que correspondem ao acúmulo do conhecimento humano sobre as mais diversas áreas. Partindo do pressuposto que

o livro didático contém o conteúdo correto a ser ensinado, conseqüentemente não haverá uma proposta de análise crítica de seu conteúdo. Segundo o site do Ministério da Educação:

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem por objetivo oferecer a alunos e professores de escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita, livros didáticos e dicionários de Língua Portuguesa de qualidade para o apoio ao processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula.

O livro didático é distribuído pelo Estado, porém escolhido pelo professor que analisa as propostas do governo. Segundo o Programa Nacional do Livro Didático-PNLD/2007, entre os preceitos éticos de seus critérios de avaliação: “[...] (i) veicular preconceitos de condição econômico-social, étnico-racial, gênero, linguagem e qualquer outra forma de discriminação; [...]” (BRASIL, 2007, p. 35). Quanto aos critérios de qualificação inclui que o livro didático:

4) promova positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder; 5) promova positivamente a cultura afrobrasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio-científicos; 6) aborde a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária.[...] (BRASIL, 2007, p. 35)

Podemos observar que o livro didático não tem cumprido seus objetivos, o que se torna alarmante se pensarmos que o livro didático é tido como referência, e para muitos é uma fonte segura, algumas crianças negras podem ter o livro como seu único recurso de leitura. Cabe a escola e ao professor mediador o papel de formar cidadãos que se reconheçam como são, e que sejam capazes de criticar e pesquisar em outras fontes as histórias contadas nos livros didáticos.

Tudo o que foi abordado nesse capítulo dá ênfase ao fato da escola ser reprodutora de desigualdades sociais, considerada o ambiente que promove as relações sociais, desde os Jesuítas, passando a Lei 10.639, os documentos que regem a educação, até os livros didáticos a escola tem sido falha. É necessária uma nova avaliação desse sistema que exclui todos os dias e de todas as formas as crianças negras.

Ou seja, é preciso que continuamente estejamos nos perguntando: o que estamos fazendo? Essa constante postura interrogativa possibilita-nos questionar o que nos parece familiar e, portanto, ao que nos faz sentido, pois aos eventos que assim concebemos conseguimos atribuir significados. Ao lado disso, também devemos angariar esforços no sentido de prestar atenção àqueles acontecimentos que nos parecem pouco importantes. (SATO E SOUZA, 2001, p. 45)

Num país que está em constante avanço torna-se inviável, pensar que uma instituição com um papel tão primordial dentro da sociedade, continue sendo facilitadora da exclusão, ocultação e negação da história de pessoas negras.

“A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, [...], contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política”. (SILVA, 2004, p. 07)

É importante a reflexão sobre o que acontece dentro das escolas, sobre as possibilidades de tornar a escola um ambiente que atua contra a reprodução das desigualdades, sejam elas de qualquer esfera, pois a escola influencia a vida na sociedade, e conseqüentemente a exclusão dessa escola acarretará na exclusão dentro da sociedade.

3. Exclusão escolar: a base para exclusão social

A escola não tem apresentado alternativas para superação do racismo, o interior do seu próprio espaço, em contrapartida, tem se tornado local de privilégio para sua reprodução. No entanto, se analisarmos, é também no cotidiano escolar que está uma nova forma de percepção, onde o racismo não poderá se reproduzir naturalmente, ou seja, a escola é o espaço de reprodução das relações sociais, porém também deveria ser o de transformação, que teria como objetivo principal pensar criticamente a sociedade, no sentido de desconstruir a alienação inculcada, como diz Barbosa (2004, p. 17). A escola é uma instituição social, portanto deveria ter como base crítica, o que acontece dentro da sociedade.

A instituição escolar é um espaço formado por sujeitos socioculturais, é entendida como ambiente de diversidades, que forma cidadãos, onde a prática docente deveria trabalhar o multiculturalismo, pois essa é de suma importância dentro de sala de aula, não cabendo a essa prática a neutralidade de se manter distante do que acontece dentro da sociedade. Como afirma (GOMES, et.al, 2010, p.20-21):

Partindo desta idéia, a escola não pode ser considerada simplesmente como um espaço onde se transmitam conhecimentos, alheia à existência de diferentes relações, as quais, inconscientemente ou não, podem contribuir para disseminação de preconceitos e discriminações, com base em valores e crenças que generalizam a cultura de determinados grupos em detrimento de outros.

Os autores mencionados na citação anterior, discorrem sobre o Brasil, ter como principal objetivo das suas instituições de ensino, universalizar e homogeneizar, as relações, os alunos, as práticas docentes e o conteúdo, negando as diferenças intrínsecas dos sujeitos e as relações de dominação presentes nas relações que acontecem dentro da sociedade. A maioria das experiências escolares busca, assim, fazer do outro um mesmo, anulando e desvalorizando as diferenças existentes, em nome de um suposto ideal de aluno, um aluno universal, abstrato, sem conhecimentos prévios, experiências relevantes, representado, na escola brasileira, pela criança branca, rica, não portadora de deficiência física, heterossexual, de origem europeia e com traços de cultura e de religiosidades brancas.

Essa realidade, em suma maioria, produz, a carência de conteúdos curriculares que valorizem a existência das pessoas negras como cidadãos brasileiros e a falta de preparo das escolas para abordar o tema. Tudo isso corrobora para a propagação do racismo, reflete a construção da identidade de crianças negras, provocando baixa autoestima e conflitos escolares como evasão e repetência escolar, afetando a formação educacional do Brasil e de modo particular, a vida da população negra.

O Brasil prega a democracia racial, ideia que foi dominante até o fim do governo militar, mas ainda é presente na atualidade, afim de mostrar que é um país que promove igualdade, porém essa democracia é um mito quando constatamos nos dados como os do IBGE a exclusão econômica, social e cultural em que se encontram os brasileiros afrodescendentes (MUNANGA, 1999, p.80) afirma que:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, teve e tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira, exaltando a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade.

A revista do IBGE, "Retratos", afirma que as estatísticas de cor ou raça produzidas pelo IBGE mostram que o Brasil ainda está muito longe de se tornar uma democracia racial. Em média, os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior, por exemplo. Já os indicadores socioeconômicos da população preta e parda, assim como os dos indígenas, costumam ser bem mais desvantajosos. Que democracia seria essa? Que oferece os mesmos "direitos", as mesmas vagas, os mesmos locais, mas não as mesmas oportunidades? Que dá privilégio a uma só etnia, em detrimento de outra? Se os dados estatísticos seguem mostrando que a raça se configura como fator que condiciona o acesso das pessoas aos direitos fundamentais, que democracia racial é essa? A exclusão escolar, é a base da exclusão social de pessoas negras, afirmação que tem veracidade quando percebemos que a população negra é protagonista dos dados estatísticos negativos.

3.1 O que dizem as estatísticas sobre os negros?

Um primeiro dado a ser estudado será o da “pardalização”, ou seja, o fato das pessoas negras no Brasil não se assumirem como pretas e sim como pardas. Atualmente na classificação do IBGE, a respeito do quesito “cor ou raça”, encontram-se as seguintes categorias: brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas. Os negros correspondem ao somatório das populações pardas e pretas, a composição por cor ou raça é verificada pela auto declaração. O IBGE verifica a composição brasileira através de um censo realizado a cada 10 anos, o próximo censo está previsto para o ano de 2020.

Tabela 1: Investigação étnico-racial nos censos

Investigação étnico-racial nos censos									
Raças	1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991	2000	2010
Branca	38,1%	44,0%	63,5%	61,7%	61,0%	54,2%	51,6%	53,4%	47,7%
Parda	33,5%	32,4%	21,2%	26,5%	29,5%	38,8%	42,4%	38,9%	43,1%
Preta	9,3%	14,6%	14,6%	11,0%	8,7%	5,9%	5,0%	6,1%	7,6%
Cabocla	3,9%	9,0%							
Amarela			0,6%	0,6%	0,7%	0,6%	0,4%	0,5%	1,1%
Indígena							0,2%	0,4%	0,4%

Fonte: IBGE

Os dados da tabela acima, foram adquiridos na revista *Retratos*, do IBGE, na edição do ano de 2018. Iremos nos ater aos dados relacionados a população negra. Podemos notar na tabela que desde 1872, ou seja, período pré abolição, até 2010, século XXI, que o número de pessoas que se auto declaram pretas é indiscutivelmente inferior a quantidade de pessoas que se consideram pardas. Conforme os anos passam a quantidade de pessoas que se consideram pretas diminui, o que dá viés para o fenômeno chamado de “pardalização” citado anteriormente. Essa nada mais é que uma tentativa de “embraquecimento” da sociedade, de tornar o preto uma cor ou raça inferior, é dar a sociedade possibilidades menores de conhecer, ler, aprender e valorizar a história da população negra no Brasil.

Todos esses apontamentos sobre a sociedade brasileira nos levam a refletir sobre a escola, que é um local de aprofundamento de tudo o que é incutido pela

sociedade. O Brasil é um país de desigualdades, de exclusão, de negação, que dá privilégio a um só povo e a uma só raça, que tem a escola como aparelho ideológico, instituição que serve como base de propagação de todo tipo de exclusão e desigualdades. Infelizmente como já foi mencionado, a população negra é protagonista de dados negativos, começando da escola até a sociedade.

Os dados mostram que tanto nas instituições de ensino como no meio social, a população negra sofre com as desigualdades e conseqüentemente com a exclusão. O que nos faz pensar: Será mesmo que a escola é neutra? Que realmente tudo o que acontece dentro dela não influencia na formação de indivíduos fora dela? E que a exclusão da escola, não é a base para exclusão da sociedade?

A essa discussão cabe ressaltar o termo ao qual Silva (2017) denomina como racismo institucional que é o preconceito étnico-racial praticado nas instituições, públicas ou privadas, quanto as suas atribuições. É uma forma de racismo que atua de maneira que há diferenças no funcionamento cotidiano de instituições e organizações e que ocasiona desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Basicamente é a escola que privilegia a um povo, uma só cultura, uma só história e uma só raça.

Para enfatizar as discussões acima, segundo a PNAD⁴, em 2017, 95,5% das pessoas de 6 a 10 anos estavam frequentando o ensino fundamental na etapa idealmente estabelecida, isto é, os anos iniciais do ensino fundamental. 95,8% entre os de cor branca e 95,3% entre os de cor preta ou parda frequentavam os anos iniciais do ensino fundamental, já podemos notar uma desigualdade nos dados, percebendo que as pessoas que se auto declaram pretas frequentam menos a escola do que as pessoas brancas.

Na etapa final, idealmente estabelecida para o grupo de 11 a 14 anos de idade, entre as pessoas de cor branca, 89,1% estavam na idade série adequada, já entre as de cor preta ou parda essa taxa foi 83,4%, portanto, 10,9% das pessoas de cor branca de 11 a 14 anos e 16,6% das pessoas de cor preta ou parda dessa

⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

idade estavam atrasadas em relação à etapa de ensino que deveriam estar cursando ou haviam evadido o sistema de ensino brasileiro.

Esses dados são sobre a frequência no ensino fundamental, nota-se que as crianças negras frequentam menos a escola do que as crianças brancas, e quando frequentam estão de maneira acentuada mais atrasadas que as crianças brancas, em relação a etapa que deveriam realmente está, isso quando não estão evadidas, a primeira desigualdade que acontece quando as crianças negras nem chegam a frequentar a escola, o que nos leva a refletir sobre a igualdade que a educação deveria promover, e se as crianças negras não frequentam ou frequentam de maneira desigual a escola, a proposta de igualdade não é a ideal ainda.

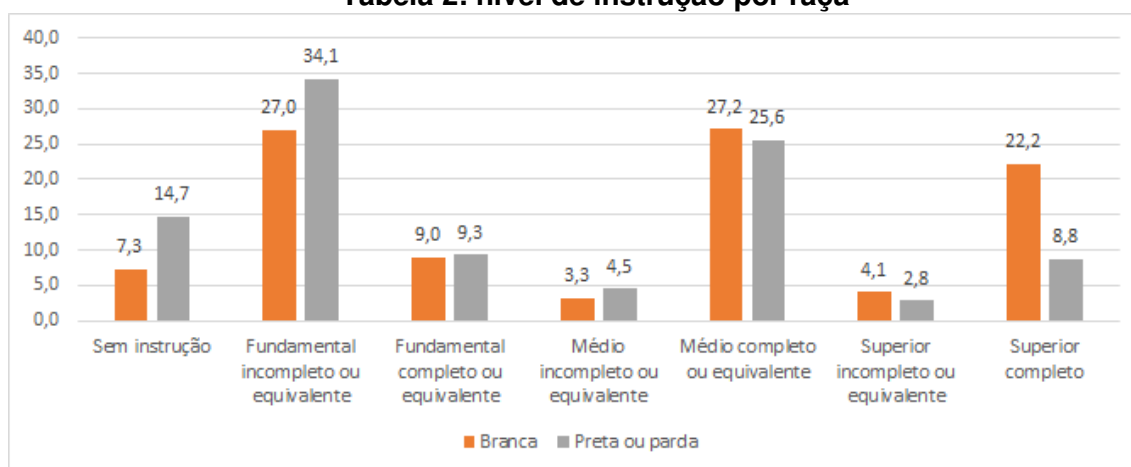
O Anuário Brasileiro da Educação Básica enfatiza o fato do sistema escolar brasileiro reproduzir diversas desigualdades sociais. Ressalta que é importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor. Dentro dos dados do Anuário, 97,7% dos pretos de 6 a 14 anos estão matriculados no Ensino Fundamental. Essa proporção é de 98,3% entre os brancos, é necessário que desenvolvam políticas que promovam a equidade.

O fracasso escolar é complexo, abrange e está relacionado ao baixo rendimento acadêmico, repetência, evasão e abandono. No Brasil, as oportunidades educacionais não são igualmente distribuídas, o fracasso escolar afeta de maneira diferente alunos de distintos grupos econômicos, sociais e étnico raciais. Há diferenças no acesso à escola entre brancos e negros (pretos e pardos), não se pode dizer que esses dois grupos têm as mesmas oportunidades educacionais. Dados da PNAD (2010) mostram que, enquanto, 7% dos brancos têm mais de dois anos de atraso escolar, entre os negros esse indicador chega a 14%. Ou seja, a exclusão de crianças negras ocorre antes de entrar na escola, quando estas frequentam de maneira desigual esse ambiente e também acontece depois da entrada no sistema educacional quando, são os personagens principais do fracasso escolar.

O fracasso escolar tem afetado os grupos raciais de maneira diferente, segundo o IBGE, em uma pesquisa realizada no ano de 2010, entre os alunos

pretos, 43% já haviam tido alguma experiência de fracasso escolar, enquanto que 27% dos alunos brancos passaram pela mesma situação. A diferença é nítida, esses dados não podem ser tratados como coincidência ou algo que acontece, como o Brasil prega uma educação que está de olho na equidade, faz-se necessária a reflexão e análise desses dados, as crianças negras são vítimas de exclusão dentro do contexto escolar. ” Ser negro no Brasil aumenta a probabilidade de fracasso escolar” diz Louzano (2013, p.120).

Tabela 2: nível de instrução por raça



Fonte: PNAD contínua do ano de 2016

A tabela acima mostra a distribuição das pessoas por cor ou raça, segundo o nível de instrução em 2016 no Brasil, ao analisá-la perceberemos a nítida desigualdade racial existente no Brasil. Segundo os dados das pessoas negras dentro do contexto escolar, elas são a maioria sem instrução, em suma não completam o Ensino Fundamental, não completam ou completam de maneira desigual o Ensino Médio, não chegam a concluir o Ensino superior e por isso são a minoria com essa etapa completa. A escola propicia a emancipação para a sociedade, e ela tem sido um dos principais instrumentos de exclusão de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros.

Heringer (2002) afirma que, o acesso à educação é apresentado pelos estudiosos como um dos principais elementos ligado ao alcance de melhores oportunidades. Para grande parte das pessoas, ter um bom nível de escolaridade, é visto como essencial para mobilidade social dos indivíduos. Diante disso, é de suma importância a análise das oportunidades educacionais de brancos e negros

no Brasil. É necessária a reflexão sobre o papel que a escola tem desempenhado, sobre suas metodologias e o que é abordado dentro de salas de aula, que fazem com que os negros não se sintam parte desse ambiente.

Tabela 3: Taxa de analfabetismo

	Taxa de analfabetismo	
	2016	2017
Branca	4,2 %	4,0 %
Preta ou parda	9,9%	9,3 %

Fonte: PNAD

No Brasil, a taxa de analfabetismo é maior entre as pessoas pretas, a diferença chega a ser o dobro. Referente à educação, é essencial perceber que historicamente, foi e é pauta importante nas reivindicações da população negra.

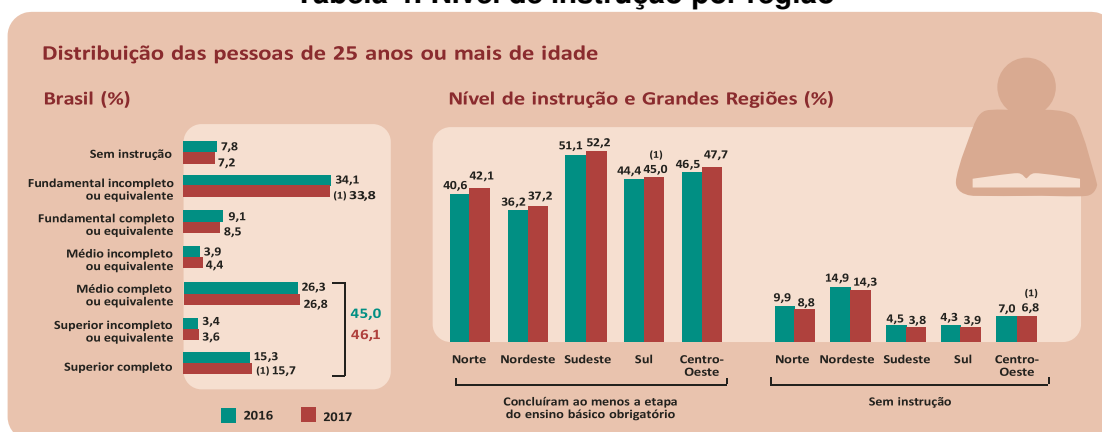
Andrews (2015, p. 156) afirma que “a educação é universalmente reconhecida como uma área fundamental para a justiça social e como um dos mais poderosos determinantes de desigualdades e hierarquia social”. Ter educação é realmente determinante, com as taxas de analfabetismos, notamos por que o negro não tem espaço dentro da sociedade.

Os negros no Brasil, segundo os dados estatísticos são os atores principais de dados negativos, são os que menos estudam, os que menos entram na escola, os que mais fracassam no contexto escolar, ou sejam, repetem, reprovam e evadem da escola, não concluem o Ensino Médio, nem chegam ao Ensino superior, e conseqüentemente são maioria no analfabetismo e nos trabalhos braçais dentro da sociedade.

3.1.2 Dados estatísticos sobre a educação dos negros no Maranhão

O Nordeste apresenta dados negativos relativos à educação, se repararmos na tabela abaixo, notaremos que o número de pessoas que concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório no Nordeste é menor em comparação às outras regiões. Quanto às pessoas sem instrução, o Nordeste tem a maior porcentagem. Os dados são referentes a adultos que pelos fenótipos das regiões, provavelmente são negros, que, quando crianças, não concluíram ou nem chegaram a entrar na escola. Considerando isso, voltamos a fato do fracasso escolar e das desigualdades raciais existentes.

Tabela 4: Nível de instrução por região



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. (1) Variação não significativa ao nível de confiança de 95%.

Ainda referente à educação no Maranhão, enfatizando a questão do analfabetismo nota-se, com base nos dados do IBGE, que no período de 2001 a 2015, apesar da diminuição da taxa desse indicador no Maranhão, essa redução se deu em ritmo inferior ao registrado no Nordeste. Em 2011, a taxa de analfabetismo no Maranhão era de 16,8% e a do Nordeste era de 18,2%. Em 2015, o MA registrou uma taxa 14,7%, enquanto a do Maranhão foi de 13,3%, ou seja, o Estado tem o número de analfabetos bem próximo ao do número da região nordeste, o que é alarmante, e principalmente se considerarmos o fato do Maranhão ter a maioria da população composta por negros.

Segundo Viveiros (2006) A criança negra no Maranhão, permanece, sobretudo, desconhecida. O valor dado a sua raça é sempre inferior ao de outras

culturas. As estatísticas apontam um quase constante número maior de crianças negras responsáveis pelo sustento de suas famílias, ou seja, que são vítimas do trabalho infantil, longe da frequência e permanência nas escolas públicas. A história da criança negra maranhense é cheia de peculiaridades e de riquezas a serem descobertas. No entanto, há existência de um vazio, onde as representações desta criança permanecem ligadas a uma sociedade preconceituosa.

Levando em consideração os dados expostos acima, faz-se necessária a menção do Plano Estadual de Educação do Maranhão, que aborda de maneira geral as desigualdades raciais, apenas mencionando as Diversidades e Temas Sociais que estruturam as ações do MEC voltadas à redução de desigualdades no espaço escolar em todos os níveis e modalidades de ensino, além de pautar o processo educativo na compreensão e no respeito à diversidade, mas que efetivamente não acontece.

3.1.3 Análise do caso em Codó

Infelizmente em Codó, assuntos relacionados à população negra dentro do contexto escolar, estão ligados a meta dois, do Plano Municipal de Educação que aborda sobre universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME. E dentro dessa meta está a estratégia dez que afirma o dever de: Assegurar no currículo do Ensino Fundamental conteúdos que tratem da Lei 11.645/2008 que trata da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Como o Plano foi elaborado em 2015, e é vigente por dez anos, continua apoiado na Lei 11.645/2008 que é anterior a atual Lei 10.639/2013. No entanto, a Lei promulgada no papel, ainda não é efetiva em sala de aula, pois assuntos referentes à população negra, nas escolas ainda são tratados com inferioridade e ligados a escravidão. O que nos leva a refletir, que da esfera maior à menor, as desigualdades continuam acontecendo, e continuarão a acontecer se estratégias eficazes não forem propostas e colocadas em prática.

4. Análise dos dados

A pesquisa de campo, está dividida em três etapas, a princípio a realização de rodas de conversa com 40 crianças do fundamental menor , além de entrevistas com duas professoras, ambos de uma instituição escolar pública no município de Codó-Ma, além de adultos negros que residem na mesma cidade, afim de saber das crianças negras o que acontece dentro de sala de aula, de seus professores, se suas metodologias são baseadas na extensa diferença existente em sala de aula, quanto aos adultos negros, suas opiniões quanto ao seu período na escola e a exclusão que acontece dentro dela.

4.1 Caracterização do campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola pública e periférica, do município de Codó-MA. A escola foi escolhida, por ser campo do meu estágio na graduação. Como os dados são negativos, o nome da escola será mantido em discrição. A escola está em funcionamento há 24 anos, conta com um corpo formado por, 1 gestora 13 professores, 02 supervisoras, 02 secretárias, 03 zeladoras, 02 vigias. Por ser uma escola recém reformada tem uma estrutura física boa, contendo 5 salas de aula, 1 sala de professores, 1 sala de recursos, 1 cantina, 1 secretaria, 1 pátio e 1 quadra. A instituição atende mais de 104 alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, nos turnos matutino e vespertino. O público atendido pela escola em maioria, são crianças que moram na periferia, negras, que tem pais analfabetos, que convivem com o crime e as drogas.

4.2 Caracterização dos entrevistados

O público alvo da pesquisa, foram 40 crianças do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, que foram escolhidas por serem das turmas onde o meu estágio aconteceu, suas respectivas professoras, que também foram escolhidas pelo mesmo critério das crianças, e dois adultos negros residentes na mesma cidade, selecionados para a entrevista por representarem boa parte da realidade que vivem as pessoas negras na nossa sociedade. As crianças possuem entre 10 e 14 anos, na maioria são negras e moram na periferia, as professoras se autodeclaram pardas, ambas com mais de 5 anos de trabalho, e moram em bairros diferentes do

bairro da escola. Os dois adultos negros, são uma mulher de 60 anos que não chegou a concluir o Ensino Fundamental, e um homem de 26 anos, que concluiu o Ensino Médio, mas preferiu não avançar para o Superior, ambos também residentes da periferia de Codó. Metodologicamente a pesquisa na escola teve duração de dois meses, aconteceu do dia 24 de setembro de 2018 ao dia 26 de novembro de 2018, foi realizada durante o estágio obrigatório no Ensino Fundamental. Durante o período aconteceu a observação das aulas, que aconteciam na quinta-feira no 4º ano, e na sexta-feira no 5º ano, a roda de conversa com as crianças, e a entrevista informal com as professoras.

4.3 Análise das entrevistas: observação das aulas

As observações aconteceram durante um mês e meio, de 24 de setembro de 2018 à 10 de novembro de 2018, eram observadas especificamente as aulas de história e geografia nas duas salas. Com esse período foi possível perceber que as aulas observadas aconteciam com uma abordagem tradicional, na base da transmissão de conhecimentos, era abordada uma história e geografia rasa, que não permitia ao aluno perceber os fatos ao seu redor, descumprindo assim com a orientação da BNCC para o ensino de história, citada no primeiro capítulo, que deveria desenvolver nos alunos o senso crítico e a capacidade de se posicionar frente a sua realidade.

Paulo Freire (1987) quando aborda a pedagogia do oprimido, diz que ela nada mais é que os homens lutando por sua libertação, e um dos princípios dessa pedagogia seria, em que os próprios oprimidos, se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos. Para que mudanças aconteçam dentro da sociedade, é importante que se trabalhe o desenvolvimento da criticidade nos alunos, conteúdos programados e repassados sem nenhum aprofundamento, não permitem que as crianças reflitam sobre sua realidade e não formam cidadãos críticos.

As aulas tinham como fonte, unicamente o livro didático, que na maioria das vezes não transmite a histórica verídica de todos os povos e raças, pois os livros trabalhados em sala, além de não trazer a representação positiva das pessoas negras, a trata com inferioridade. As aulas não permitiam que os alunos

conhecessem a história dos seus antepassados, e não os levava à reflexão da sua própria história. Como os alunos são em maioria negros, utilizar o livro didático como fonte absoluta de conhecimento, é um tanto excludente, já que o mesmo quando não só omite, mas também trata com inferioridade a história dos afrodescendentes.

As aulas não levavam em consideração a realidade, a raça e a cultura de cada aluno, não valorizava a diversidade étnica. Como o foco principal das observações era averiguar como a escola exclui as crianças negras, foi possível perceber que todos dias, envolta por uma camuflagem, a exclusão escolar de crianças negras acontece dentro das salas de aula, pois a Lei 10.639 é ativa, mas não é efetiva dentro das escolas. Nada além da escravidão é mencionado sobre a história dos afrodescendentes. Os livros não trazem imagens positivas de pessoas negras, cartazes e histórias infantis abordados nas aulas, também não trazem a representatividade negra, o que nos leva a uma reflexão, como uma escola, que atende majoritariamente crianças negras, pode ainda ser lócus privilegiado na reprodução das desigualdades raciais?

Nenhuma sociedade pode se pensar como homogênea ou como possuidora de uma única inscrição cultural/identitária. As diferenças das mais diversas ordens – de origem, social, gênero, profissão, cor, idioma, idade, região, escolaridade, território, religião – criam sulcos de formatos distintos dentro das sociedades e entre diferentes sociedades (OLIVA, 2012, p.33).

Como vimos no capítulo anterior as crianças negras são protagonistas dos dados estatísticos negativos, ao observarmos as abordagens da escola, perceberemos o porquê do fato. Se a escola não promove a igualdade, não estabelece estratégias para diminuição das desigualdades raciais, não inclui uma história positiva das pessoas negras, não traz a representatividade negra para sala de aula, não demonstra que um Brasil tão rico não pode ter sido construído por um só povo, e não traz a imagem do negro para além da escravidão, como uma criança negra pode se sentir parte desse ambiente? As crianças negras são as que mais reprovam, tiram notas baixas e evadem da escola, pelo fato da instituição não lhes promover a sensação de pertencimento ao ambiente.

4.3.1 Roda de conversa com os alunos

Logo após o período de observação, aconteceram as rodas de conversa com as duas turmas separadamente. Para as duas turmas foram feitos os mesmos questionamentos, tais como: Qual a cor se autodeclaram? Já ouviram discussões sobre o racismo? Quantos já ficaram reprovados? Os pais são alfabetizados ou analfabetos? Dentro da turma acontece apelidos preconceituosos? Quanto a história das pessoas negras, o que já ouviram? Existe alguma pessoa negra com uma imagem positiva, que já foi mencionada em sala? As crianças negras se sentem representadas dentro da escola? Tem apoio familiar? O livro didático conta a história dos afrodescendentes? Quantos já sentiram vontade de sair da escola? Quais os seus planos para o futuro? As respostas das crianças aos questionamentos, foram gravadas, e logo após transcritas.

Gráfico 1: crianças do 4º ano



Fonte: autoria própria

No quarto ano participaram da roda de conversa 13 crianças, como mostra o gráfico acima, por suas características fenótipas, foi possível perceber que a maioria delas são negras, mas elas têm dificuldades de se autodeclararem como tais, por que, ser negro está ligado a algo ruim. Quando foi perguntado sobre a sua cor, as crianças demonstraram não se sentirem à vontade para se declararem negras.

Gráfico 2: crianças do 5º ano

Fonte: autoria própria

No quinto ano participaram da roda de conversa 27 crianças, percebemos que assim como na outra turma a maioria mesmo com dificuldades, se autodeclaram negros, e uma parte razoável se consideram brancos, porém essa parte da turma perceptivelmente segundo suas características fenóticas, eram também negros, e tinham problemas de se reconhecer como tais. As duas tabelas foram construídas de acordo com as gravações em que as crianças respondiam aos questionamentos. Os dados das duas turmas nos levam a refletir sobre a fala de Oliva quanto a nossa 'brasilidade'.

Nossa 'brasilidade' apenas reflete-se no jogo de espelhos identitários quando provocada; quando, em determinadas épocas ou situações, somos forçados a revelar algumas de nossas máscaras de reconhecimento, defender ou negar o pertencimento a essa ou aquela inscrição. De outra forma, poderíamos voltar a perguntar o que forma ou o que define o pertencimento a esta identidade (OLIVA, 2012, p.33).

O que foi dito acima reafirma o fato de que uma crise de identidade, faz com que usemos máscaras e com elas podemos negar ou defender o pertencimento a este ou aquele grupo. Como o ser negro não é trabalhado de forma positiva na escola, as crianças usam máscaras brancas, para negar o seu o seu lugar nos grupos étnicos raciais, Frantz Fanon (2008) em sua obra 'Pele Negra Máscaras Brancas' fala sobre a experiência vivida do negro, na qual ela aborda que em pleno

século XX, há ainda esforços desesperados de um preto que luta para descobrir o sentido da identidade negra, diante da civilização branca, e da cultura europeia, que lhe impuseram um desvio existencial.

À medida que uma série de grupos cultural e racialmente marginalizados assume prontamente a máscara do negro, ou a posição da minoria, não para negar sua diversidade, mas para, com audácia, anunciar o importante artifício da identidade cultural e de sua diferença, a obra de Fanon torna-se imprescindível. À medida que grupos políticos de origens diversas se recusam a homogeneizar sua opressão, mas fazem dela causa comum, uma imagem pública da identidade da alteridade, a obra de Fanon torna-se imprescindível – imprescindível para nos lembrar daquele embate crucial entre máscara e identidade, imagem e identificação, do qual vem a tensão duradoura de nossa liberdade e a impressão duradoura de nós mesmos como outros. (Bhabha, 2003, p.102)

Durante a roda de conversa nas duas turmas, as crianças afirmaram não ouvirem discussões sobre o racismo dentro da escola e da sala de aula, o que sabem do tema, ouviram na televisão ou em casa. Cabe ao momento a reflexão sobre o que a escola tem feito. Discutir sobre o racismo é a base para se chegar a discussões sobre a igualdade racial, e se a escola não promove tais apontamentos, sendo ela um dos principais campos para a repercussão do racismo, é inviável pensarmos nela como um ambiente que está de olho na equidade.

Num todo das 40 crianças que participaram das rodas de conversa, 11 das que se declararam negras já ficaram reprovadas, o que nos faz pensar que a exclusão está tão “naturalmente” incutida dentro da escola, que não há discussões sobre o fato da repetência e evasão serem protagonizadas por crianças negras, além da maior parte das crianças serem filhas de pais analfabetos, e conseqüentemente e terem dificuldades com o reforço em casa, a escola ainda as exclui, colaborando para a não permanência das mesmas nesse ambiente.

Por serem filhas de pais analfabetos, a família só pode dar apoio quanto a conquista dos “estudos” por parte dos seus filhos, mas cabe a escola atentar-se para a realidade de seus alunos, e desenvolver estratégias para que os mesmos sintam pertencentes ao espaço, para que esse ambiente seja o mais plural possível, abrangendo as culturas, religiões e raças, que compõem e foram essenciais para a construção de um país tão extenso como o Brasil, é primordial

que a escola trate da beleza que existe na diferença e no respeito e relevância que todas as pessoas são dignas, independente do seu pertencimento social.

Os alunos em suas falas disseram que apelidos preconceituosos acontecem corriqueiramente, apelidos como: “macaco”, “cabelo seco”, “carvão”, são comuns, nenhuma medida efetiva é tomada pois o racismo está disfarçado de bullying⁵, com isso os questionamentos sobre o que é ensinado sobre a população negra ganha ênfase, pois se a história dos negros fosse abordada de uma forma diferente, talvez os alunos não relacionariam o ser negro a algo ruim.

Quando foi perguntado o que eles conhecem da história da população negra, as crianças afirmaram: “tia a gente só sabe dos escravos”, no momento em que foi perguntado se eles tinham alguma pessoa negra na qual eles admiravam, houve um silêncio na sala, ou seja, o negro ainda não está incluído na escola, tanto que as crianças afirmaram não se sentirem representadas dentro dessa instituição.

A exclusão de crianças negras tem sido tão cruel que para finalizar a roda de conversa, foi feito para crianças dois questionamentos: Quantos já sentiram vontade de abandonar a escola? Quais os seus planos para o futuro? Infelizmente a maior parte das crianças responderam que já sentiram vontade de abandonar a escola, e uma resposta mais entristecedora foi perceber que a maioria das crianças negras não projetam seu futuro, não almejam uma ascensão por meio dos estudos. Geralmente quando criança, é a fase em que mais nos deslumbramos com sonhos, a escola tem cumprindo tão bem o seu papel de reprodutora de desigualdades, que está bloqueando a capacidade de visualizar um progresso educacional entre as crianças negras.

4.3.2 Entrevista Informal com as professoras

Quanto as professoras, as duas optam pelo tradicionalismo, nas suas respostas apenas confirmaram o que foi dito por seus alunos, com relação ao livro, ele é o seu principal apoio para as aulas, afirmaram que na escola, nunca aconteceu um projeto voltado para a valorização da população negra, nem sequer a respeito do racismo, disseram que temas voltados para os negros só têm

⁵ Bullying é uma palavra de origem inglesa que designa atos de agressão e intimidação repetitivos contra um indivíduo que não é aceito por um grupo, geralmente na escola.

destaque em datas comemorativas como a consciência negra e a abolição da escravidão, afirmara infelizmente que não vêem necessidade do tema ser abordado no cotidiano escolar.

Oliva (2012) ressalta que apesar de a escola, e professores terem o dever de apresentar conteúdos formais e preestabelecidos aos estudantes, prescritos por leis, normas e currículos, por meio de discussões, da construção, de novas leituras de mundo e de entendimentos sobre as realidades coletivas e individuais apresentam-se justamente como parte de um movimento de elaboração de novas identidades. Que os professores têm um papel relevante de trabalhar as identidades, que não são aquelas apresentadas pelas abordagens do conteúdo preestabelecido ou as informadas pelos estudantes. A escola é um espaço de grande relevância na formação de algumas de nossas múltiplas identidades.

Enfatiza-se aqui a necessidade da formação de professores que deve ser uma estratégia para que os mesmos se sintam aptos para trabalhar com esses temas, é essencial que os professores se atentem para a necessidade de aprender a aprender, de atuar com uma educação libertadora e transformadora, que valorizem todos os mundos e universos que existem dentro de uma sala de aula, e começar a refletir sobre o que se faz, por que e por quem se faz. Para a nossa realidade é incabível pensarmos numa abordagem tradicional, de transmissão de conhecimentos, para tanto é primordial pensarmos numa educação para a criticidade.

4.3.3 Entrevistas informal com dois adultos negros

A primeira a ser entrevistada foi a mulher negra, de 60 anos, que prefere não se identificar, mas chamaremos ela de Maria, ela não chegou a concluir o Ensino Fundamental, e ao conversarmos do seu período na escola ela falou que cresceu na zona rural e que as coisas naquele tempo não eram tão fáceis como atualmente, ao perguntar-lhe sobre a escola ela disse:

Eu queria estudar, pra ter uma vida diferente da vida dos meus pais, o tempo passou e eu não quis mais ir pra escola, achei que era perda de tempo, que tinha que trabalhar, num demorou muito eu fiquei grávida e casei. Depois disso vim pra cidade trabalhar de doméstica, até me aposentar, hoje vivo da minha aposentadoria.

Não sei se a escola faria ter uma vida diferente, mas eu não sentia que era ali o meu lugar (MARIA)

Ao analisarmos a fala da dona Maria, perceberemos que a escola é uma instituição antiga, e se hoje mesmo vivendo numa sociedade que fala da igualdade, a escola funciona como reprodutora das desigualdades, antes deveria atuar com maior ênfase. O eixo principal é perceber que as pessoas negras não sentem que a escola é o seu lugar, que não há ascensão por meio do conhecimento, o que desencadeia dentro da sociedade a ocupação dos negros nos serviços braçais. Reforçando o fato na sociedade e a escola estarem interligadas no processo de exclusão dos negros.

O segundo a ser entrevistado foi um homem negro, de 26 anos, que também prefere não se identificar, mas que o chamaremos de João. Diferentemente da dona Maria, ele chegou a concluir o Ensino Médio, e ao pedir para ele fala a sua concepção sobre a escola ele afirmou:

“Eu terminei meus estudos, eu queria logo era trabalhar, pra quê estudar mais? Eu prefiro ter dinheiro na mão, do que passar um monte de tempo estudando e depois nem arrumar um emprego, na escola eu ia por que era o jeito, era um lugar muito chato, eu não queria continuar estudando, queria mesmo era um serviço”.

O João é um jovem, e ainda tem inculcado que concluir o Ensino Médio é terminar os estudos, ele é mais uma vítima da exclusão que a escola promove aos negros, João como tantos jovens negros da periferia, ver a escola como uma obrigação, para ele, trabalhar e ganhar dinheiro é melhor que estudar. Se a libertação e inconformação das pessoas negras chega conforme estas têm acesso ao conhecimento, como crianças e jovens negros chegarão a refletir um dia sobre a igualdade racial? A escola continua cumprindo bem o seu papel de aparelho ideológico do estado, preparando os negros para os trabalhos braçais, e os brancos para terem conhecimento. Os dois negros se encaixam no grupo, que Paulo Freire denomina como ‘acomodados e adaptados’.

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que, lutar por ela, significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões. (FREIRE, 1987, p.11)

As entrevistas acima nos fazem pensar o quanto a relação escola e sociedade são intrínsecas, e são efetivas na exclusão dos negros. A escola os exclui dos seus conteúdos, dos livros, das abordagens, e conseqüentemente por não almejarem o conhecimento, dentro da sociedade são excluídos novamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de, inúmeras vezes, o racismo não ser explicitamente verbal, não faz dele menos presente e agressivo no cotidiano das crianças negras, pois suas formas de manifestação na cultura brasileira são diversas, como o privilégio dado aos brancos, dando a esse biótipo o reconhecimento como aquele que representa a beleza estética e intelectual das pessoas, ainda se tem como normal que esta determinada raça da população detenha o poder político, econômico, cultural e religioso, como se fosse natural e não resultado da organização histórica capitalista, discriminatória e excludente da sociedade brasileira. (SOUZA, 2005, p. 110)

É essencial observarmos as crianças na escola, ouvi-las, e que olhar se tem sobre essas crianças no espaço escolar: o que falam dela, como suas características fenotípicas são percebidas, ao que são associadas. Essa pesquisa é uma reflexão sobre como a escola tem atuado, como está tão naturalizado coisas inaceitáveis, não há dentro do contexto escolar a percepção do todo, da importância de valorizar, respeitar e falar sobre as diferenças, sejam elas quais forem.

A escola marcada pela multiplicidade étnico-cultural faz da educação um desafio como prática e como teoria, posto que envolve diferentes sujeitos, agentes, agências e instituições ... A chamada educação multicultural passa então a ser concebida na Europa e também em Portugal como condição de dar nota de uma realidade social formada por imigrantes e seus descendentes e, junto dela e em seu nome, reorientar as reivindicações que tais grupos elaboram perante os desmandos de uma ordem social injusta e excludente, perante os processos xenofóbicos e racistas do mundo europeu. O objetivo central é o de buscar uma sociedade baseada na igualdade e na tolerância. (Gusmão, 2004, p.63)

Todos os dias dentro da sala de aula, com reflexo dentro da sociedade acontece a exclusão do povo negro, uma exclusão que está tão disfarçada que se não tiverem olhares atentos e dispostos a percebê-la, ela continuará acontecendo. A reprodução das desigualdades precisa de lócus privilegiados para se promulgar, e a escola tem atuado como tal, é importante a reflexão sobre o tema, que não é discutido, mas que acontece com uma frequência avassaladora. Todos os povos têm o mesmo direito, de se sentir representado, de sentir que o mundo é cheio de diferenças, mas são elas que o tornam mais belos.

Buscar uma sociedade baseada na igualdade e na tolerância, é um desafio. Diante disso onvido à essa reflexão aos alunos de graduação, para que eles decidam mudar essa realidade, aos professores que já trabalham a muito tempo, é importante sempre está disposto a mudar, e aprender a aprender. Enquanto nos calamos muito se perde: histórias, identidades, cultura, pessoas, religiões e contribuições, de um povo Negro com uma imensa riqueza que tem muito a acrescentar nesse Brasil.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- ANDREWS, George Reid. **América afro-latina: 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2015
- ARAÚJO, Edivaldo Sampaio de. **Mãe África, pai Brasil: nascimento de uma nova cultura (Ensino médio)**. Belo Horizonte-MG: Soler, 2007.
- ASSIS, Marta Diniz Paulo de; CANEN, Ana. **Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo**. Cad. Pesqui., set./dez. 2003, vol.34, no.123, p.709-724.
- BARBOSA, Maria Valéria. **Política educacional e construção de identidade no espaço escolar: crianças negras**. 27^a. Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. GT 21. Caxambu, MG, 2004.
- BARBOSA, Maria Valéria. **Política educacional e construção de identidade no espaço escolar: crianças negras**. 27^a. Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. GT 21. Caxambu, MG, 2004. <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt21/t215.pdf>. Acesso em 12/10/2019.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p.20.
- BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Moderna, 2019.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf. Acesso em 10/10/2019.
- BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Brasileira**. Brasília, 2005a. <http://diversidade.mec.gov.br/sdm/arquivos/diretrizes.pdf>. Acessado em 10/10/2019.
- BRASIL. **Lei 10.639**. Brasília, 2003. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acessado em 10/10/19.
- BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasil, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Estadual de Educação- PEE Ma**. São Luís, 11 de Junho de 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Municipal de Educação –PME**. Codó, 2007.
- BRASIL. **Ministério da Educação. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD**. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Educação Básica. Brasília, 2007. ftp://ftp.fnde.gov.br/web/editais_licitacoes/edital_pnld_2007.pdf em 10/10/2019.

- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental: Pluralidade Cultural**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1997. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em 10/10/19.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação**. Educ. Soc., Ago 2002, vol.23, no.79, p.125-161.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- CHEMIM, Maria do Socorro Araújo. **O negro no espaço escolar**. Ponta Grossa, 2013.
- DE VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira. **A CRIANÇA NEGRA NO MARANHÃO: UMA LEITURA A PARTIR DA INFÂNCIA AFRO-DESCENDENTE NO BRASIL**. 2006.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GOMES, Ana Beatriz Sousa, FERNANDES Gildásio Guedes, OLIVEIRA Cleidinalva Maria Barbosa. **Educação para as Relações Étnico-Raciais**. Teresina: EDUFPI, 2010. 175 p.
- GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Rev. Bras. Educ., maio/ago. 2003, no.23, p.75-85.
- GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2ª. edição São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – FUSP, 1999.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Os filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004. p.61.
- HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 57-65, 2002.
- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2016-2018.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Somos Todos Iguais? O que as estatísticas dizem. Retrato**. Rio de Janeiro, Ed.11, Maio, 2018.
- LOUZANO, Paula. **Fracasso escolar: evolução das oportunidades educacionais de estudantes de diferentes grupos**. São Paulo, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras**. Revista História. Hoje, v. 1, nº 1, p. 29-44, 2012.

SARZEDAS, Letícia Passos de Melo. **Criança Negra e Educação: um estudo etnográfico na escola**. 2007. 167f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano escolar através da pesquisa etnográfica em Psicologia**. *Psicol. USP*, 2001, vol.12, no.2, p.29-47. www.scielo.br.

SILVA, Ana Célia. **A desconstrução da discriminação no livro didático**. In: BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. SECAD: 2004.

SILVA, Marcos Antonio Batista. **Racismo institucional: pontos para reflexão**. *Laplage em Revista (Sorocaba)*, vol.3, n.1, jan.-abr. 2017, p.127-136.

SILVA., Maria José Lopes. **Racismo, educação e ideologia**. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1991.

SOUZA, Maria Elena Viana. **Preconceito racial e discriminação no cotidiano escolar**. 26^a. Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. GT 21. Poços de Caldas, MG, 2003.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **O racismo no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro, 1994.

